

Serviço público ou propaganda?: a relação entre o *fact-checking* governamental e o trabalho de jornalistas em assessoria de comunicação¹

Rômulo Almeida da Costa²
Helena Martins do Rêgo Barreto³
Universidade Federal do Ceará – UFC

RESUMO

Este artigo estabelece relação entre o *fact-checking* governamental e os jornalistas fora da mídia que atuam nas assessorias de comunicação de governos. A partir da produção da agência Antifake CE, iniciativa de checagem do Governo do Ceará, realizamos um estudo de caráter exploratório, combinado com uma análise de conteúdo em 45 checagens publicadas entre 2020 e 2022. Os resultados indicam que a agência atua na função propaganda, na defesa de posicionamentos político-institucionais e no reforço da imagem pública do governo e de seus agentes. Articulando dados do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, identificamos questões relativas às condições de trabalho de assessores de comunicação, entre as quais o acúmulo de função, a capacitação para atividades específicas e contradições relativas à ética profissional.

PALAVRAS-CHAVE: fact-checking; checagem de fatos; comunicação governamental; assessoria de comunicação; análise de conteúdo categorial

CORPO DO TEXTO

Em um deserto de ações efetivas contra a desinformação e na ausência de regulação das plataformas digitais, o *fact-checking* foi alçado nas últimas décadas como uma das principais medidas para o contingenciamento da disseminação massiva de conteúdo falso/enganoso nas redes. Como prática do campo jornalístico, muito associado no Brasil a coletivos de profissionais independentes, o formato tem sofrido alguns deslocamentos e, em especial, dois movimentos nos chama atenção. O primeiro deles é a incorporação da linguagem às práticas dos veículos tradicionais de mídia, na tentativa de reforçar a credibilidade da imprensa pela reiterada aposta em valores como imparcialidade, objetividade e neutralidade (GRAVES, 2016). O segundo trata-se da incorporação da checagem de fatos às estratégias comunicacionais de entes

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Trabalho, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Mestre em comunicação pelo PPGCOM-UFC, email: romulocostace@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), email: helena.martins@ufc.br

governamentais, com o objetivo de retomar o controle da informação e responder ataques digitais no conturbado ambiente das redes (COSTA, 2024).

Não é incomum o uso do formato da checagem por instituições públicas e governos, que replicam a estrutura do *fact-checking* jornalístico para classificar informações em circulação na rede como verdadeiras ou falsas. Durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), houve uma profusão de iniciativas desse tipo (COSTA; REBOUÇAS, 2021), muitas das quais extintas após a derrota do governo nas urnas. Uma das exceções está no Ceará, cujo Governo ainda mantém a agência Antifake CE, com o objetivo de classificar informações que circulam nas redes e impactam as pautas governamentais. Formada por profissionais jornalistas que atuam nas assessorias de comunicação das secretarias estaduais, a agência é vinculada ao Núcleo de Comunicação do Governo do Ceará, submetida à Secretaria da Casa Civil.

Este artigo tem o objetivo de descrever e interpretar a atuação da agência *de fact-checking* governamental do Ceará, investigando o potencial de interferência política no conteúdo veiculado na página, além de abrir debate sobre o trabalho dos profissionais jornalistas fora mídia que atuam nas assessorias de comunicação e incorporaram, recentemente, mais essa atribuição em suas rotinas produtivas.

Para isso, realizamos um estudo de caráter exploratório no site e na produção da agência, a fim de identificar similaridades com os critérios normativos definidos pela *International Fact-Checking Network* – IFCN, rede de agências de checagens de fatos do campo jornalístico, que audita e credencia iniciativas do tipo em todo o mundo. Paralelamente a isso, também realizamos ainda uma Análise de Conteúdo Categorical (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021) em 45 checagens publicadas entre 19 de fevereiro de 2020 e 26 de janeiro de 2022, período de funcionamento da agência sob a gestão do governador Camilo Santana (PT-CE).

Na análise, demonstramos que, ao ser transposto para o campo governamental, o *fact-checking* perde parâmetros fundamentais que norteiam a checagem de fatos pelos veículos de mídia. A agência governamental atua fora dos padrões de checagem midiática, sem deixar clara a metodologia utilizada para seleção, apuração e publicação das checagens; não cumpre os padrões internacionais de transparência de fontes, centrando suas argumentações em grande parte no discurso oficial; não possui política de

correção aberta e tem considerável interferência política nas suas publicações, levando em conta a vinculação com a cúpula do poder político do governo estadual.

Com base na experiência do Governo do Ceará, entendemos que o *fact-checking* sofre deslocamentos de sentido quando é incorporado à comunicação governamental, aprofundando as contradições e os limites dessa linguagem, com margem para outras problematizações quanto ao desenvolvimento dessa prática no ambiente político-institucional.

A principal delas, na nossa avaliação, é o uso estratégico do *fact-checking* para a defesa do governo, em um conteúdo que mimetiza um formato de mídia tradicional na tentativa de ser mais persuasivo em seus posicionamentos. Neste ambiente, o *fact-checking* se afasta da ideia de prestação de serviço público contra a desinformação, como defendido pelo discurso oficial do governo, e se revela como um instrumento de propaganda. Dessa forma, a checagem de fatos, quando praticada pelo governo, afasta-se das intencionalidades da comunicação pública e se aproxima mais da comunicação político-governamental. Neste estudo, discutimos como os deslocamentos sofridos pelo *fact-checking* ao ser incorporado pelos governos descaracterizaram o formato jornalístico. Nesta análise, entendemos que o *fact-checking* governamental trata-se de um outro formato comunicativo que serve às estratégias de comunicação governamental, a fim de construir discursos e sentidos que contribuam para a boa imagem de governos e governantes na arena pública da Internet.

Com este fim, a checagem de fatos passa a embutir estratégias de propaganda e realiza isso por meio do esforço profissional de jornalistas que atuam em assessorias de comunicação de governos. De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, o setor público (38,7%) é o segundo maior segmento que absorve jornalistas fora da mídia (LIMA et. al, 2021, p. 68), e estes profissionais estão submetidos a precarização estrutural do jornalismo no País, marcada pela exigência de multifuncionalidade sem oferecimento de tempo ou formação para exercê-las, além de “salários baixos, poucos benefícios, excesso de horas acima da jornada, pouca ou nenhuma perspectiva de desenvolvimento e progressão, gestão ruim e pressões da empresa na execução do trabalho” (LIMA et. al, 2021, p. 194).

Na paisagem do trabalho jornalístico, além de reportagem, edição, fotografia, relações públicas, monitoramento de redes sociais e produção de conteúdo, o *fact-*

checking é inserido entre as atividades exercidas no dia a dia dos profissionais jornalistas que atuam fora da mídia, impactando ainda mais as rotinas produtivas com a ampliação da multifuncionalidade. Identificamos, assim, que o *fact-checking* é mais uma atividade que passa a constar no amplo conjunto de funções que esses profissionais têm de assumir no cargo que ocupam. Funções para as quais, na maior parte dos casos, eles/elas não possuem capacitação adequada. Buscamos com este artigo apontar para esse horizonte, que pode ser ampliado caso haja mais dados referentes ao trabalho de profissionais jornalistas na checagem de fatos, cujo desenvolvimento tem relação direta com as transformações que afetam a atividade jornalística nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, C. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

COSTA, Rômulo; REBOUÇAS, Hébely da Silva. Bolsonaro versus Governadores: como o fact-checking de governos estaduais petistas embute disputas políticas no contexto da pandemia. **Revista Comunicando**, Lisboa, v. 10, n. 2, p. 54-89, 29 dez. 2021. Semestral. Disponível em: <https://revistas.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/115/173>. Acesso em: 4 jul. 2023.

COSTA, Rômulo Almeida da. **Fact-checking governamental: controle da informação e propaganda na agência de checagem do Governo do Ceará**. 2024. 161 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

GRAVES, Lucas. **Deciding what's true: the rise of political fact-checking in american journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques (et al). **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2021. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>. Acesso em 03 de ago. de 2024

MARINONI, Bruno; GALASSI, Vanessa. Aspectos da Desinformação, capitalismo e crises. In: **Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação/ Instituto Ford; MARTINS, Helena (org.). Desinformação: Crise Política e saídas Democráticas para as Fake News**. São Paulo: Veneta, 2020. E-book. 108 p.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais**. 2019. 399 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria. Helena, COELHO, Maria. P.; LOCATELLI, Carlos. (Orgs.). **Comunicação Pública e Política: pesquisa & práticas**. v. 1. Florianópolis: Insular, p. 23-56, 2017.